



16893658



08018.018551/2021-85



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

ATA DA OCTAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS – CONARE

Observação: os "x" – xx xx – indicam que informações foram alteradas ou retiradas da ata original, com o objetivo de assegurar o sigilo de informações que poderiam levar à identificação de refugiados ou de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze, às 09:50 horas, na sala 304, do Edifício Sede deste Ministério, foi realizada a 80ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), sob a presidência do **Dr. Paulo Abrão Pires Junior**, representante do Ministério da Justiça, com a presença de **Dr. Renato Zerbini Ribeiro Leão**, Coordenador-Geral do CONARE; da **Dra. Regina Alencar Machado da Silva**, representante do Departamento de Polícia Federal; da **Irmã Rosita Milesi**, representante do Instituto de Migrações de Direitos Humanos; do **Dr. Fernando de Oliveira Sena**, representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); do **Dr. Alberto Luiz Pinto Coelho Fonseca**, representante do Ministério das Relações Exteriores; do **Dr. Andrés Ramirez**, representante no Brasil do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; do **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, Oficial de Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; do **Padre Marcelo Álvares Matias Monge**, representante da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo; do **Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto**, representante da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

Verificado o quórum, nos termos do artigo sexto do regimento, foi iniciada a reunião, agradecendo a presença de todos e apresentando os pontos de pauta, a saber:

1. Apresentação do novo Presidente do CONARE.
2. Apresentação dos novos membros do Ministério da Educação.
3. Análise de casos.
4. Assuntos Gerais.

O **Sr. Presidente** apresentou a sua equipe de assessoria da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), seguido pela apresentação do corpo técnico do CONARE, sendo a apresentação feita pelo **Dr. Renato Zerbini Ribeiro Leão**, Coordenador Geral do CONARE. Em seguida, O **Sr. Presidente** solicitou que cada membro do Comitê fizesse sua apresentação. Com a palavra, **Dr. Fernando de Oliveira Sena**, representante do MRE, que se apresentou e falou sobre a sua função no órgão, bem como o papel do mesmo no CONARE. Fez considerações acerca do Comitê, ressaltando a importância da confidencialidade das reuniões e o atual papel do Brasil nas relações internacionais. Em seguida, **Dr. Cândido Feliciano da Ponte Neto**, representante da Cáritas do Rio de Janeiro saudou e deu boas vindas ao Dr. Paulo Abrão, ressaltando, primeiramente, que a questão do refúgio não é mera questão formal, pois além do objetivo de analisar

casos, existe o trabalho da integração dos refugiados. Passada a palavra a representante do DPF, **Dra. Regina Alencar Machado da Silva**, essa falou sobre a cooperação de todas esferas no CONARE, bem como sobre o papel da Polícia Federal no Comitê. Relatou que o principal ponto a ser discutido é o fortalecimento da estrutura da Coordenação Geral com material humano. **Dr. Andrés Ramirez** parabenizou o novo presidente e também sua equipe, relatou sobre a boa fama do Brasil no ACNUR. Discorreu sobre os números de refugiados bem como a cláusula de cessação dos refugiados angolanos, a partir de 1º de julho, aplicando a cessão da condição. Ressaltou que os países menos desenvolvidos são os que abrigam o maior número de refugiados. Relatou sobre o encontro do ACNUR em Genebra e os compromissos do Brasil firmados naquela reunião. Continuou falando sobre como fazer mais pela integração do refugiado, tendo em vista que o país possui mecanismos para avançar no tema. Lembrou também do compromisso firmado pelo Brasil em Genebra, qual seja, a legislação sobre a prevenção da apatridia, colocando-se bem como toda equipe do ACNUR para ajudar e colaborar no que for necessário. Por fim, falou sobre a visita do Alto Comissário que ocorrerá no evento do Rio+20 no Rio de Janeiro. Com a palavra, **Irmã Rosita Milesi** reforçou o pedido de necessidade de fortalecer a estrutura do CONARE tanto de pessoal quanto de mecanismos de atuação. Disse que não se pode olhar para o refúgio apenas quanto àqueles refugiados já reconhecidos, pois são os solicitantes, que são em grande número, que são a demanda real e é preciso lidar com sua integração. Ainda, falou que se deve envolver melhor o Ministério da Educação (MEC) nas efetivas necessidades dos solicitantes e refugiados, sobre as particularidades da questão da educação. Sugeriu convidar como observadores os outros Ministérios tais como: Ministério do Desenvolvimento Social e das Cidades que são áreas fundamentais à integração. Discursou que o CONARE deve rever sua estrutura sob dois pilares, quais sejam, o da elegibilidade e da integração. Trouxe ao Plenário, também, a questão da retirada do termo “refugiado” do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), lendo um documento redigido quando do 8º encontro das redes. Concordando, o **Sr. Presidente** falou da necessidade de modificação das identidades, pedindo à Polícia Federal que trouxesse a análise da possibilidade operacional de tal modificação, sendo indagado ao Plenário se todos estariam de acordo com o pedido, o que foi dito que sim. Passada a palavra ao representante do MRE, **Dr. Alberto Luiz Pinto Coelho Fonseca**, o mesmo deu boas vindas ao Dr. Paulo Abrão, falando sobre o papel do MRE no CONARE, discorrendo sobre as Convenções Internacionais sobre o tema e disse que ali se têm desafios muito interessantes, sendo a principal preocupação o desvirtuamento do instituto. Passada a palavra, **Padre Marcelo Álvares Matias Monge** falou sobre as reivindicações já feitas e acha que são passíveis de solução. Ressaltou a importância dos Comitês Estaduais e também solicitou a revisão da equipe da Coordenação Geral do CONARE. Após todas as explanações, o **Sr. Presidente** agradeceu as manifestações. Ressaltou que é especialista em perseguição política, sendo também Presidente da Comissão de Anistia, relatando um pouco sobre aquela Comissão. Disse que levará à Secretaria Executiva a necessidade de reforçar a estrutura do CONARE. Discorreu, também, sobre o papel do Brasil nas novas relações internacionais. Passando ao próximo ponto da pauta, **Dr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** falou sobre os novos representantes do MEC no CONARE, justificando as ausências, bem como a do Dr. Paulo Sérgio do Ministério do Trabalho e Emprego. Por fim, o **Sr. Presidente** disse organizará um plano emergência para o corpo técnico do CONARE. Foram ratificados pelo Plenário aqueles casos já discutidos no Grupo de Estudos Prévios e após, foi iniciada a apreciação dos processos de solicitação de refúgio, a saber:

DEFERIDOS em razão de as solicitações estarem enquadradas nos pressupostos de elegibilidade previstos no art. 1º da Lei 9.474/97: **Colômbia:** xx xx, xx xx (esposo) e xx xx (Filho): Proc. DPF/TBA/AM 08241.000852/2011-37; xx xx e xx xx: Proc. DPF/TBA/AM 08241.000781/2011-72; xx xx: Proc. DPF/TBA/AM 08241.000778/2011-59; xx xx: Proc. DPF/TBA/AM 08241.000780/2011-28; xx xx: Proc. DPF/TBA/AM 08241.000744/2011-64; xx xx, xx xx (Companheira) e xx xx (Filho): Proc. DPF/TBA/AM 08241.000741/2011-21; **Gana:** xx xx: Proc. SR/DPF/DF 08280.050602/2011-81; **República Democrática do Congo:** xx xx: Proc. DELEMIG/RJ 08460.027909/2011-61; **Senegal:** xx xx: Proc. DELEMIG/RJ 08460.027766/2011-97.

DEFERIDOS com base em reunião familiar: **República Democrática do Congo:** De: xx xx (RDC); Para: xx xx (mãe): Proc. DELEMIG/RJ 08460.011456/2012-31; De: xx xx (RDC) Para: xx xx (esposa) e xx xx: Proc. DELEMIG/RJ 08460.008900/2012-31.

INDEFERIDOS em razão de as solicitações não estarem enquadradas nos pressupostos de elegibilidade previstos no art. 1º da Lei 9.474/97: **Alemanha:** xx xx: Proc DELEMIG/SR/SC 08495.003596/2011-58; **Angola:** xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.001355/2011-71; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.001358/2011-13; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.027912/2011-84; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.015340/2011-91; xx xx : Proc DELEMIG/RJ 08460.037773/2011-99; xx xx Proc DELEMIG/RJ 08460.027769/2011-21; **Bangladesh:** xx xx: Proc SR/DPF/DF 08280.025334/2011-60; xx xx: Proc SR/DPF/DF 08280.001053/2012-01 xx xx: Proc DPF/EPA/AC 08221.001606/2011-31; **Cabo Verde:** xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.027910/2011-95; **Cuba:** xx xx: Proc DELEMIG/SP 08505.039235/2011-83; **Colômbia:** xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.027793/2011-60; xx xx: Proc SPMAF/SR/RS 08444.003902/2011-51; xx xx : Proc SPMAF/SR/RS 08444.003296/2011-74; xx xx: Proc SPMAF/SR/RS-08444.007393/2011-36; xx xx: Proc SPMAF/SR/RS 08444.003293/2011-31; xx xx: Proc SPMAF/SR/RS 08444.003899/2011- 76; xx xx: Proc SR/DPF/AM 08240.004917/2011-2322; xx xx: Proc SR/DPF/AM 08240.036601/2011-09; xx xx: Proc SR/DPF/AM 08240.028674/2011-191; xx xx: Proc DELEMIG/SR/PA 08364.001625/2011-32; **Guiné Bissau:** xx xx: Proc DELEMIG/SP 08505.053342/2011-14; xx xx: Proc DELEMIG/RJ: 08460.001331/2011-12; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.034055/2011-79; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.015292/2011-31; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.027897/2011-74; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.026927/2011-25; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.001350/2011-49; xx xx: Proc DELEMIG/SP 08505.016816/2011-47; xx xx e xx xx: Proc. SNJ/DEEST/SEAD: 08018.014905/2011-41; **Nigéria:** xx xx: Proc DELEMIG/SP 08205.003020/2010-28; **Senegal:** xx xx: Proc DELEMIG/SP 08505.016813/2011- 11; xx xx: Proc DELEMIG/RJ 08460.001369/2011-95; xx xx: Proc SAD/CGPI 08205.002487/2010-51; xx xx: Proc DELEMIG/SP 08205.078190/2011-62; xx xx: Proc DELEMIG/SP 08205.078187/2011-49; **Tanzânia:** xx xx: Proc DPF/EPA/AC 08221.000527/2011-11.

PERDA DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO: **Afeganistão:** xx xx: Proc. SNJ/DEEST/SEAD: 08018.000867/2010-68. **Colômbia:** xx xx, xx xx (esposa) e xx xx (filha): Proc. SR/DPF/DF: 08280.009623/2006-54.

COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 13 DO CONARE FORAM ENVIADOS AO CNlg: **Bangladesh:** xx xx: Proc. DELEMIG/SP: 08505.042438/2011-57.

CESSAÇÃO DA CONDIÇÃO: **Colômbia:** xx xx e filha: Proc. SNJ/DEEST/SEAD: 08018.000979/2010-19; xx xx: Proc. DPF/AM: 08240.015398/2010-48; xx xx: Proc. SR/DPF/RN 08420.027244/2010-81.

Com relação ao caso 39, de xx xx, após discussão plenária, conforme decisão dos membros, o caso foi descaracterizado, por não se enquadrar nos pressupostos de elegibilidade previstos no art 1º da Lei nº 9.474/97".

Após, encerrou-se a presente reunião às 13:19 horas. Sem mais, a pauta foi constatada esgotada e declarou-se encerrada a Octagésima Reunião Ordinária do CONARE, da qual eu _____, **Izabela Barbosa Miguel**, Coordenadora do CONARE, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada pelo Sr. Presidente.